APROVA: LEI COMPLEMENTAR

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.969, de 11 de janeiro de 2001, que "Dispõe sobre a Organização do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais de Teresina e dá outras providências", com modificações posteriores, e da Lei Complementar Municipal nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000, que "Dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal e dá outras providências", com modificações posteriores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí,

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, sanciono a seguinte Lei Complementar:

- **Art. 1º** O *caput* do art. 1º, da Lei Municipal nº 2.969, de 11.01.2001, com modificações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 1º O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Teresina IPMT, fundação pública integrante da Administração Pública Municipal Indireta, dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, tem por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do Regime Próprio de Previdência Social RPPS dos servidores públicos do Município de Teresina, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos e planos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

Art. 2º O parágrafo único do art. 27, da Lei Municipal nº 2.969, de 11.01.2001, com modificações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.27	

Parágrafo único. Os bens patrimoniais e imóveis do IPMT só poderão ser alienados ou gravados por proposta do Diretor-Presidente da Fundação, aprovada pelo Conselho de Administração, observadas as disposições legais específicas e de acordo com o plano de aplicação do patrimônio."



A CAMARA MUNICIPAL DE TERESINA.	LEI Nº	DE	DE
APROVA:			
Art. 3º O art. 30, da Lei Municip passa a vigorar com a seguinte redaç		e 11.01.2001, com	modificações posteriores,
"Art. 30. Durante o exercício fin poderão ser autorizados, pelo Co em acordo à legislação pertinente disponíveis."	onselho de Ad	lministração, crédit	os adicionais, desde que,
Art. 4° Os §§ 2° e 12, do art. 33, da posteriores, passam a vigorar com a			1.2001, com modificações
"Art.33			
§ 2º São requisitos para o exereprejuízo de outros exigíveis para e			evistos neste artigo, sem
 I - Presidente: servidor público nível de escolaridade superior e con II - Diretores Executivos e men efetivo ativo ou inativo, da União, no âmbito de empresa pública nexigidas pela Lei Federal nº 9.717 	ertificações ex nbros dos de , Estados ou M nunicipal, nív	xigidas pela Lei Feo mais Órgãos Cole Iunicípio de Teresi	deral nº 9.717/1998; giados: servidor público na, ou empregado público
§ 12. Os membros dos Órgãos C ano, podendo ser renovados na representantes do Poder Executiv renovados na mesma Gestão Mun	a mesma Ge o Municipal, iicipal.	estão Municipal, e terão mandatos de	e, quanto aos membros 1 (um) ano, podendo ser
***************************************	••••••		.,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,
Art. 5º O inciso I, do art. 36 (Co 11.01.2001, com modificações poste			
"Art.36			



I - 4 (quatro) representantes do Poder Executivo, indicados pelo Chefe do Executivo e que possuam nível de escolaridade superior, sendo o Presidente do IPMT e o Diretor de Previdência Social dois dos membros, e os demais escolhidos dentre os segurados do Regime

Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teresina;

1 D D O T 1 1			
APROVA:			
Art. 6° O art. 41, da Lei Municip passa a vigorar com a seguinte redaç		e 11.01.2001, com r	nodificações poste
"Art. 41. O Conselho de Adminis calendário aprovado pelo Con- convocados pelo seu Presidente, (quarenta e oito) horas."	selho previan	nente e, extraordin	ariamente, sempi
Art. 7º O <i>caput</i> do art. 44-B, e 11.01.2001, com modificações poste			-
"Art. 44-B. O Comitê Gestor de compor-se-á de 7 (sete) membros		, coordenado pelo I	Diretor de Investin
 II - 2 (dois) representantes do escolhidos dentre os segurados d do Município de Teresina ou emp III - REVOGADO 	lo Regime Prój	prio de Previdência	
Art. 8° Os §§ 1° e 2°, do art. 45, da posteriores, passam a vigorar com a	seguinte redaç	ção:	ŕ
"Art.45			
§ 1° A Diretoria Executiva é com	iposta por:		
I - um Presidente;			
II - um Diretor de Administração			
III - um Diretor de Previdência So	•		
IV -um Diretor de Investimentos;	-		
V - um Diretor de Assistência à S	Saude.		
§ 2º O Presidente e os Diretore	es serão de li	vre escolha do Che	efe do Poder Exe



A CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA.	LEI N°	DE	DE
APROVA: Art. 9º O art. 59, da Lei Municipal passa a vigorar com a seguinte redaçã		e 11.01.2001, com	modificações posteriores,
"Art. 59. É vedado ao IPMT prest bem como conceder empréstimo Sistema de Previdência de que trata	ao Municíp	val, aceite ou coob io ou a qualquer	origar-se a qualquer título, órgão, filiado ou não ao
Art. 10. O inciso II e o § 5°, do art 2.969, de 11.01.2001, com modificaçõ			
"Art.60 - A			
II - 3 (três) representantes do Pod possuam nível de escolaridade su membros, e os demais escolhidos d Servidores Públicos do Município	perior, sende entre os segu de Teresina;	o o Diretor de As urados do Regime I	sistência à Saúde um dos Próprio de Previdência dos
§ 5° Os membros do Comitê terão renovados na mesma Gestão Mun somente podendo ser substituídos r	o mandatos iicipal –, coi nas situações	com duração de 1 nforme definido ei	(um) ano – podendo ser n decreto de nomeação e lação.
Art. 11. Os incisos I (Autarquias) e administração indireta para fins de su 2.959, de 26.12.2000, com modificaçõ	e III (Fundaç pervisão e co ŏes posterior	cões), do art. 8º (vir ontrole), da Lei Co es, passam a vigora	nculações das entidades da emplementar Municipal nº ar com a seguinte redação:
I			
b) REVOGADO			
,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,			
III			
			₽\ u



A CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA.	LEI Nº	DE	DE
---------------------------------	--------	----	----

APROVA:

- e) Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Teresina IPMT, vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Finanças SEMF."
- Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Teresina, 16 de setembro de 2025.

Vereador ENZO SAMUEL ALENCAR SILVA Presidente da Camara Municipal de Teresina

Vereadora **FERNANDA GABRIELLY COSTA GOMES**1^a Secretária

Vereadora ELZUIZA ALVES CALISTO

2ª Secretária

